



Prisões da memória

Eduardo Pellejero

Aqui, os cárceres, os curros, os catres com sangue seco, as paredes, os corredores, os silêncios, os gritos, o desespero.

Armando Baptista-Bastos

Há espalhadas sobre a mesa 27 fotografias que mandei imprimir em papel mate – imagens de um passado que, contra as investidas do esquecimento, recusa passar. Foram tomadas por um amigo na ilha de Cotijuba, distrito de Belém, no norte do Brasil. São imagens de ruínas. O pouco que averigui sobre a sua origem não basta para que falem por si próprias. Compulsando-as, durante a noite, tive a sensação de que não era eu quem as interrogava, mas elas que me interrogavam. Pedem-me tempo – tempo e atenção. De outra maneira, não me revelarão tudo o que têm para dizer.

* * *

Trata-se de um velho solar que, em 1933, fora adaptado para funcionar como reformatório de menores e, mais tarde, em 1968, dera lugar a uma prisão. O reformatório tomou conta do edifício, a prisão da ilha inteira.

É algo inquietante que toda uma ilha se converta em cadeia. A água torna praticamente total a clausura que por si só pressupõem tais instituições. “Colônia penitenciária” a chamava a

imprensa, tentando dissimular com eufemismos o permanente estado de exceção que regia o que aí tinha lugar.

Os presos comuns deram lugar aos presos políticos durante a ditadura. Disso não guarda memória a placa comemorativa que hoje marca o lugar. Pergunto-me se existem sobreviventes capazes de dar testemunho. As fotos o fazem à sua maneira. O mutismo das pedras não é inexpressivo, apenas repete obstinadamente uma advertência: *passou, pode voltar a passar*.

* * *

Tânia me conta tudo o que necessito saber sobre Cotijuba. É objetiva e rigorosa. Apesar de que ignorava tudo a respeito, sinto que nada do que conta me é estranho.

* * *

Com as fotos na cabeça, procuro instintivamente o edifício onde funcionou, até 1998, a prisão de Carabanchel. Mesmo levando meses em Madrid e tendo ouvido algumas histórias sobre o que aí aconteceu e continua a acontecer, nunca estive no lugar.

Levantada pelo regime franquista para dar conta das necessidades penitenciárias de Madrid, Carabanchel acabaria por converter-se no emblema mais importante da repressão, funcionando como centro de detenção e tortura de presos políticos.

Francisco Granados Data e Joaquín Delgado Martínez foram executados aí – estrangulados de forma brutal pelo *garrote vil*. Agustín Rueda morreu aí – abandonado nas caves da cadeia, sem receber assistência médica alguma, depois de sofrer uma feroz surra por parte de um grupo de funcionários da penitenciária.

* * *

O que é que faz que uma sociedade se desentenda de algumas coisas que têm lugar no seu seio?

* * *

Carabanchel também tornou-se tristemente célebre por albergar numerosos gays e transexuais, encarcerados no “palomar” da terceira galeria em virtude da sua condição sexual, punida pelas *Leis de Vagabundos e Meliantes e Periculosidade Social*, que regeram na Espanha até 1979¹.

Depois da sua desativação em 1998, em razão de infringir as normas da nova lei penitenciária, o edifício ficou abandonado à sua sorte durante anos, ocupado por moradores de rua, lentamente desmantelado por mãos diligentes e clandestinas. Apesar de fundadas e razoáveis, as petições de diferentes associações comunitárias, que reclamavam que o lugar acolhera um centro para a recuperação da memória histórica, foram sistematicamente desconsideradas.

As mudanças nas políticas migratórias que sucederam os atentados de 2001 haveriam de dar ao local um novo destino (não tão novo²). A partir de 2005, com efeito, o que fora o hospital da prisão daria lugar, depois de uma estratégica intervenção arquitetônica, à sede do *Centro de Internamento de Estrangeiros de Madrid*, pelo que já passaram milhares e milhares de pessoas, encerradas

1 Sobre a história de prisão de Carabanchel, ver: <http://salvemascarabanchel.blogspot.com.es/2008/08/el-origen-de-la-crcel-de-carabanchel-al.html>

2 Sobre a instalação no prédio da prisão do CIE, ver: http://www.eldiario.es/sociedad/llaman-Centros-Internamiento-carceles_0_131937622.html.

durante dias, meses ou anos, pelo único fato de serem estrangeiros³. Samba Martine esteve aí – trasladada ao CIE depois de passar três meses no *Centro de Permanência Temporal de Imigrantes*, em Melilla, morreu um mês depois de ser internada, negligenciada sistematicamente pelo serviço médico, ao que acudiu pelo menos dez vezes, sem que fosse ouvida mais do que numa ocasião (alegadamente por falta de intérpretes⁴).

* * *

Pego o metrô até a estação de Aluche, onde me encontro com Carmen, que se ofereceu para acompanhar-me. São pouco mais das duas da tarde e o bairro está deserto. Três linhas de alta tensão cortam o céu sobre a minha cabeça. Caminho pela *Avenida de los Poblados* e, depois de deixar o edifício do CIE, chego a um grande descampado cercado por uma barreira de arame farpado, sobre a que pendem alguns restos de faixas, recentemente vandalizadas; até pouco tempo podia lê-se nelas: “Na lembrança de todas a pessoas aqui encarceradas por defender a liberdade, a democracia e a justiça social”. Não resta quase nada.

É aqui onde se levantava a prisão, que foi definitivamente demolida em 2008, incluindo a enorme cúpula na que se situava o centro de vigilância, ao estilo dos panópticos idealizados por

3 Para dar só um exemplo, Aliu Diallo, residente em Espanha desde 2006, passou um mês numa das suas celas abarrotadas em 2009, sem outra razão que a de não levar consigo os seus documentos. <http://www.cuartopoder.es/deidayuelta/2014/11/16/represion-de-ayer-y-hoy-en-la-carcel-de-carabanchel-de-los-presos-politicos-los-inmigrantes/439>.

4 O caso, a cargo do Julgado de Instrução 38 de Madrid, foi fechado em 2012; ver: http://www.eldiario.es/sociedad/auto-sobreseimiento-archivo-samba_EDIFIL20121218_0003.pdf. Sobre a história de Samba, ver: https://15mpedia.org/wiki/Samba_Martine.

Bentham. Alguns meses antes, nesse mesmo ano, as associações de vizinhos de Latina e Carabanchel, com a colaboração dos *Foros pela Memória*, colocaram na porta principal do edifício uma placa comemorativa, “para que a história nem seja esquecida nem se repita”⁵, cujo destino ulterior desconheço.

* * *

As paredes desvalidas que fotografou Augusto não foram derrubadas – ainda continuam aí. O avanço da corrupção sobre as ruínas ainda não apagou por completo esse suporte da memória. As pedras carecem de memória, mas a suportam. As imagens carecem de memória, mas a inflamam. Pergunto-me o que será de um povo que careça de memória (não há pedra que suporte, nem imagem que inflame, um povo sem memória).

* * *

Escrevo a S., que se encontra em Lisboa, juntando à minha carta uma das fotos de Augusto – a que mostra, alinhando-as, a porta e a janela de uma das celas, gradeadas ambas pela verdura impenetrável da selva. A sua resposta não se faz esperar. Fala de prisões que assombraram Portugal durante 48 anos: Caxias, Aljube, Peniche, Tarrafal, Machava.

Guardo viva a imagem da de Caxias, entre a noite de 26 e a madrugada de 27 de abril de 1974, quando teve lugar a libertação dos presos políticos – a excitação, os abraços, a incredulidade

5 Sobre a instalação dessa placa, ver: <http://www.europapress.es/madrid/noticia-placa-conmemorativa-antigua-carcel-carabanchel-recordara-victimas-represion-franquista-20080521110821.html>

perante o que estava acontecendo. Também o cansaço, a dor acumulada, o tempo perdido⁶.

Caxias era apenas uma pequena parte de um vasto aparelho de repressão montado pela ditadura salazarista, mas converteu-se num símbolo. As imagens também são capazes disso.

Não guardamos imagens do que passou no Tarrafal nem em Machava, que seriam desativadas muito antes da revolução. Como no filme de Susana Sousa Dias, a tortura e a morte perdem-se na África numa obscuridade mais profunda que a noite (vozes sem corpo lutam para fazer ouvir essa história secreta)⁷.

* * *

As imagens de Augusto também não podem mostrar-nos os corpos, os rostos, as feridas. Quando pegou na sua câmara e empreendeu a viagem à ilha de Cotijuba, essa história já tinha terminado.

Isso não significa que as suas fotos guardem silêncio (inclusive um respeitoso silêncio). Desde que tem memória, sempre lhe chamaram a atenção as coisas que as pessoas contavam sobre a colônia penitenciária – por vezes com meias palavras, num sussurro, ainda com medo.

Não é suficiente *ter* memória. Tem que *haver* memória. Se não há memória, não vale de nada ter memória. E para que haja memória é preciso *fazer* memória.

6 Como escrevia Baptista Bastos, em Caxias negava-se “aos presos a higiene mais elementar, infligindo-lhes os mais brutais tratamentos; os *pides* negavam-se a ver neles homens” (Armando Baptista Bastos, *Diário Popular*, 25 de Maio de 1974).

7 Ver: Susana Sousa Dias, 48 (2010).

Algo assim passou pela cabeça de Augusto a noite que procurou a sua câmara e decidiu que iria à ilha. Não é algo extraordinário – as câmaras são comuns hoje em dia; a ilha já não é um lugar inacessível como fora há cinquenta anos atrás –, mas há que fazê-lo. Augusto o fez: foi. Outra história começa aí, da que ele, agora sim, forma parte, e quiçá, se observas com atenção as suas fotos, tu também.

O passado só passa se o deixamos passar. É algo sobre o que vale a pena pensar – isso de deixar passar o passado. Há gente como Augusto. Diz: *não passará*.

* * *

Quarenta anos depois da libertação dos presos políticos de Caxias, o edifício continua a funcionar como prisão. As grades que impedem o acesso à memória não são uma simples metáfora em Portugal.

Mas Carlos Alberto Rodrigues Pato morreu aí, em 1950, depois de ter sido torturado e abandonado na sua cela sem qualquer assistência médica. Tinha apenas 29 anos. Gostava de escrever. Chegou a publicar um pequeno livro com alguns contos. Também presidiu o Ateneu Artístico de Vila Franca de Xira⁸.

* * *

É difícil compreender como chegamos a esta situação. Nas fotos de Augusto, as folhas secas cobrem quase tudo. É de supor

8 Sobre a história de Carlos Pato, ver: <http://www.avante.pt/pt/1909/pcp/109405/> e <http://ascausasdajulia.blogspot.com.es/2008/06/carlos-pato-morte-em-caxias-h-58-anos.html>.

que, de quando em quando, algum funcionário da prefeitura limpe o lugar de mato e recolha a folhagem acumulada, ou as ruínas teriam desaparecido faz muito tempo, cobertas pelo presente vegetal em que se afundam. Em todo o caso, o investimento do Estado não vai mais longe – os sucessivos governos sempre careceram da coragem para condenar o lugar ao esquecimento (quicá isso pudesse chamar a atenção das pessoas, inclusive mais do que o abandono ao que foi votado o edifício), mas também não se dispuseram nunca a conduzir nenhum tipo de recuperação histórica do local.

As fotos de Augusto tentam alcançar esse passado que se escapa, mas ao mesmo tempo denunciam os impasses nos que se debate o presente que se impõe. Interrogam-nos sobre o estado da nossa memória.

A memória vive a golpes de atenção. Trata-se, portanto, de uma interrogação vital.

* * *

Na cidade de Banfield, em Buenos Aires, na esquina de Siciliano e Vernet, há um edifício de três pisos, onde funciona, desde 2010, um *Espaço de Verdade, Memória e Justiça*⁹. Outrora pertencente ao *Regimento de Infantaria Mecanizada 3 do Exército Argentino*, albergou um centro clandestino de detenção durante a ditadura – os calabouços ocupavam os dois primeiros andares; no térreo se encontrava a sala de torturas.

9 Sobre a inauguração do espaço, ver: <http://www.laizquierdadiario.com/Pozo-de-Banfield-un-nuevo-sitio-de-la-memoria>.

Entre 1974 e 1978, 309 pessoas passaram por aí, das quais 97 ainda permanecem desaparecidas (outras 5 foram libertadas e mais tarde assassinadas)¹⁰. Nas suas instalações, pelo menos quatro mulheres deram à luz estando detidas – os seus filhos continuam sem serem identificados¹¹.

* * *

Na noite de 26 de Março de 1976, o meu pai, Oscar Pellejero, junto a outras sete pessoas, entre as quais se encontravam os seus amigos Eduardo Pighin e Alejandro Rinhold, foram detidos e conduzidos ao *Poço de Banfield*. Antes, passaram 24 horas, sem comer nem beber, numa delegacia policial de Ciudad Evita, encapuchados e atados com arame, ouvindo, do outro lado do corredor, gritos de homens como eles, que estavam sendo torturados. Antes, foram levados ao campo, onde os submeteram a repetidos simulacros de fuzilamento, apoiando-lhes uma pistola sobre a nuca e disparando em branco, sem balas.

No Poço, foram encerrados nos calabouços individuais do segundo piso. Tinham proibido falar entre si (faziam-no, de todos os modos, preocupados, sobretudo, por encontrar uma forma de avisar as famílias que estavam vivos). Para ocupar o tempo, praticavam até cinco horas diárias de exercícios físicos e improvisavam partidas de xadrez com umas fichas que fizeram com recortes de jornais e que dispunham como lhes era possível sobre os azulejos do piso, que era vermelho.

10 Sobre o Poço de Banfield, ver: https://es.wikipedia.org/wiki/Pozo_de_Banfield.

11 Sobre a apropriação de fillos no Poço de Banfield, ver: <http://www.abuelas.org.ar/maternidades/banfield/embrelacion.htm>.

Todas as noites, antes de serem desligadas as luzes, os visitavam um médico, o Dr. Jorge Antonio Bergés, que os revisava sumariamente e lhes deixava dois cigarros e dois comprimidos para dormir (em março de 2004, Bergés seria condenado a sete anos de prisão pela apropriação e supressão de identidade de Carmen Gallo Sanz, uma filha de desaparecidos nascida no Poço de Banfield¹²).

No mesmo andar onde se encontravam havia outros detidos, aos quais sacavam pela noite para torturar, arrastando-os de volta até as suas celas ao amanhecer. Procuravam não pensar como seria quando fosse a vez deles. Estavam nervosos, enfraquecidos, esgotados. Chamados a declarar, não tinham nada para dizer. Não necessitavam se esforçar para ser convincentes nisso. Tudo neles os delatava.

No décimo terceiro dia os convocaram, um por um, e disseram-lhes: *o de vocês acabou*. Essa mesma noite os ataram, os encaucharam, e os subiram a uma carrinha de entrega de charcutaria (o meu pai – jura – ainda pode sentir o intenso cheiro do salame). Estiveram dando voltas pela cidade durante um tempo; algumas vezes paravam e desciam alguém – primeiro, duas mulheres; depois, três homens; e assim por diante.

Finalmente, na periferia de Luján, desataram-nos e disseram-lhes que podiam ir. Pensaram que os matariam então, porque tinham visto os rostos dos que os levavam: eram rapazes jovens, oficiais do exército, a inferir pela linguagem que utilizavam vestidos de civil, mas armados a preceito. *O de vocês acabou*, repetiram.

12 Sobre o caso Bergés, ver: https://es.wikipedia.org/wiki/Jorge_Antonio_Berg%C3%A9s.

Correram como loucos, atravessando os campos incultos, orientando-se apenas pelas luzes da cidade, piscando ao longe, em meio da noite.

* * *

Isso acaba alguma vez?

Ao chegar a casa, a minha mãe não reconheceu o meu pai de imediato – tinha perdido quase 15 quilos, levava duas semanas sem se barbear nem tomar banho, e estava completamente tingido de preto, de tapar-se com jornais para dormir. Alguns dias depois saberia que, além do peso, tinha perdido o seu emprego, em virtude de estar sendo investigado. Pelo menos, se disse, estava vivo.

Não tiveram a mesma sorte alguns dos colegas que trabalhavam com ele na universidade. Um era um rapaz, ainda na secundária, que militava no *Exército Revolucionário do Povo* (ERP), que sequestraram na mesma época e do qual não se soube nada nunca mais. Outro era Pablo Galarza, um cara jovem, introvertido, criado num orfanato de Luján, que sempre vinha a comer a casa e que, segundo me dizem, gostava muito de brincar comigo.

Isso não acaba nunca.

* * *

Como as fotos que Cortázar tomara na Nicarágua e mais tarde contemplara sozinho no seu apartamento de Paris, as fotos de Augusto escondiam mais do que mostravam à primeira vista. As imagens têm isso: *cintilam*, dando a ver, não apenas o que viram nelas aqueles que as fixaram com ofício e delicadeza, mas também o que em nós aguarda uma solicitação sensível para se manifestar.

Essas coisas passaram. É triste que tenha sido assim, mas passaram, não podemos evitá-lo. A história, como dizia Joyce, por vezes parece um pesadelo do qual não conseguimos despertar.

Essas coisas, também, foram silenciadas. Nem na Espanha nem em Portugal, nem muito menos no Brasil, houve uma verdadeira política da memória por parte do Estado, e na Argentina, inclusive quando numerosos lugares como o Poço de Banfield foram convertidos em *museus*, o desafio que, sempre, nos coloca a memória, não acabou. É triste que seja assim, mas não há nada de inevitável nisso. Algumas vezes basta uma imagem para despertar-nos.

Madrid, Dezembro de 2015 / Janeiro de 2016.

(Traduzido do espanhol por Susana Guerra)





Eduardo Aníbal Pellejero é professor de Estética do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Forma parte do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem e do Programa de Pós-graduação em Filosofia da mesma Universidade. Graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Salvador (Argentina) e doutor em Filosofia Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Portugal). E-mail: estetica.ufrn@gmail.com